



Apresenta

O Pensamento Único e os Novos Senhores do Mundo

Ignacio Ramonet

Apresentação

Neste ensaio escrito em meados de 1995, Ignácio Ramonet, doutor em semiologia e história da cultura pela Escola de Altos Estudos de Paris, professor de teoria da comunicação audiovisual na Universidade de Paris VII e diretor do “**Le Monde Diplomatique**” descreve com vigorosa argumentação como grupos mais poderosos que os Estados se envolvem numa guerra de vida ou morte pelo domínio mais precioso da chamada “democracia” desde finais do século XX: a informação. Descreve como a publicidade, as pesquisas e o marketing fazem a cabeça de todos a nosso redor. Poucos se dão conta e se rebelam. Segundo o Autor, “o poder político é miseravelmente um terceiro poder. Antes dele está o poder econômico e, a seguir, o poder da mídia. E quando se possui estes dois, haver-se com o poder político não passa de mera formalidade.”

(LCC)

*De todas as ilusões
a mais perigosa consiste em pensar
que não existe mais que uma realidade.*

Paul Watzlawick

É como uma ficção de Jorge Luis Borges. Em um reino distante, um soberano magnífico e cruel, apegado aos atributos de seu poder, durante a maior parte do tempo dentro de seu palácio, aparentemente não percebeu que o mundo havia mudado ao seu redor. Até que chegou o dia da grande decisão. Naquele momento, para sua

surpresa, viu que suas ordens não eram nada mais que simples ruídos, que não se traduziam mais em atos. O poder havia se deslocado e o soberano magnífico havia deixado de ser o Senhor do Mundo...

Aqueles que, nas grandes democracias, se envolvem em intermináveis atividades eleitorais para conquistar o poder, se arriscam, em caso de vitória, a experimentar um desengano semelhante ao do soberano desta fábula. Sabem eles que, neste final de século, o poder mudou completamente de eixo? Que desertou destes espaços precisos que estavam circunscritos ao político? Acaso não correm o perigo de mostrar bem rapidamente e de público o espetáculo de sua impotência; de se verem obrigados a andar em círculos, retroceder, renegar suas opiniões e reconhecer que o verdadeiro poder decisório se encontra em outra parte, fora de seu alcance?

Um grande semanário francês publicou recentemente uma enquete acerca dos homens **mais influentes do planeta**. Nem um único chefe de estado ou de governo, de país algum, aparecia nela retratado. Outro semanário dedicou, há algumas semanas, sua primeira página ao **homem mais influente do mundo**. De quem se tratava? Do Sr. Bill Clinton? Do Papa João Paulo II? Do Sr. Helmut Kohl? Do Sr. Boris Yeltsin? Não! Significativamente do Sr. Bill Gates, dono da Microsoft, que domina os mercados estratégicos de comunicação e está disposto a controlar todo o tráfego da Internet em todo o mundo. As formidáveis comoções científicas e tecnológicas das últimas décadas incentivaram, em vários âmbitos, as teses ultraliberais do “**laissez faire, laissez passer**”. A queda do Muro de Berlim, o desaparecimento da União Soviética a derrubada dos regimes comunistas, por acréscimo, lhes trouxe poderoso alento. A mundialização das trocas de informações, particularmente, se acelerou de maneira fabulosa graças à evolução da Informática e das comunicações. Estas, concretamente, geraram a explosão – o célebre **big bang** – de todos os setores, verdadeiras colunas vertebrais da sociedade moderna: os mercados financeiros e as redes de comunicação.

A transmissão de dados à velocidade da luz (300.000.000 m/s), a digitalização de textos, satélites de telecomunicação, a revolução da telefonia, a generalização da Informática na maioria dos setores de produção e serviços, a miniaturização dos equipamentos e sua conexão em redes que cobrem todo o planeta, pouco a pouco modificaram de cima abaixo o ordenamento do mundo.

Especialmente o mundo das finanças. Este reúne as 4 qualidades que fazem dele um modelo perfeitamente adaptado à nova ordem tecnológica: é imaterial, imediato, permanente e planetário. Atributos, por assim dizer, divinos e que,

logicamente, dão lugar a um novo culto, uma nova religião: a do mercado. Os intercâmbios de dados de um extremo ao outro da Terra são feitos instantaneamente, noite e dia. As principais Bolsas de Valores estão vinculadas entre si e funcionam continuamente. Sem interrupção. Enquanto, através do mundo, diante de suas telas eletrônicas, milhares de jovens superdiplomados e superdotados, passam seus dias colados ao telefone. São os **experts** da nova ideologia dominante: o pensamento único. Aquela que sempre tem razão; tem de inclinar-se não importa diante de que argumentos – particularmente quando se trata de argumentos de ordem social ou humanitária.

Nas democracias atuais, cada vez mais cidadãos livres se sentem enganados, presos na armadilha desta doutrina viscosa que, imperceptivelmente, envolve todo o racionalismo rebelde. O inibe, o paralisa e acaba por afogá-lo. Há somente uma doutrina, a do pensamento único, autorizada por uma política de opinião onipresente e invisível.

Os mandamentos do Pensamento Único

Desde a queda do Muro de Berlim, a derrubada dos regimes comunistas e a desmoralização do socialismo, a altivez e a insolência desta doutrina alcançou tal nível que, sem exagero, pode-se qualificar a este novo furor ideológico de dogmatismo moderno.

O que é o pensamento único? A tradução em termos ideológicos de pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, particularmente as do capitalismo internacional. Se pode dizer que está formulada e definida a partir de 1944, por ocasião dos acordos de Breton-Woods. Suas fontes econômicas e monetárias – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Comissão Européia, Banco da França, etc. – que, mediante seu financiamento, colocam a maior parte dos centros de investigação, universidades e fundações a serviço de suas idéias em todo o planeta. Estes se afinam com o dogma e se encarregam de propagar a boa nova.

Esta é recolhida e reproduzida pelos principais órgãos de informação econômica e principalmente pelas **bíblias** dos investidores e especuladores da Bolsa de Valores – ***The Wall Street Journal, The Financial Times, The Economist, Far Eastern Economic Reveiw, Agência Reuter***, etc. – que, não por acaso, são de propriedade de

grandes grupos industriais ou financeiros. Em quase todos os lugares do planeta, faculdades de ciências econômicas, jornalistas, ensaístas e políticos, examinam cuidadosamente os principais mandamentos destas novas tábuas da lei e, usando como caixas de ressonância os meios de comunicação de massas, que os reiteram até a sociedade sabendo a ciência certa que, em nossa sociedade midiática, repetição vale por demonstração.

O primeiro princípio do pensamento único é tão mais forte que mesmo o marxista mais distraído não o renegaria em absoluto: o econômico prima sobre o político. Fundando-se neste princípio ocorreu, por exemplo, de um instrumento tão importante quanto o Banco da França, tornar-se independente sem qualquer oposição mais significativa em 1994 e, de certo modo, **ficou a salvo dos azares da política**. “O Banco da França é independente, apolítico e suprapartidário”, afirma, com efeito, seu presidente, o Sr. Jean-Claude Trichet, que acrescenta, todavia: “Pedimos que se reduzam os déficits públicos” e “pretendemos uma estratégia de moeda estável”. Como se estes dois objetivos não fossem políticos.

Se defende em nome do realismo e do pragmatismo – que o ensaísta neoliberal Alain Minc formula da seguinte maneira: “Não se pode derrubar o capitalismo. É o estado natural da sociedade. A democracia não é o estado natural da sociedade. O mercado, sim.” – A economia se coloca em posição de mando. Uma economia liberada, como é natural, obstaculiza o desenvolvimento social, torna-se uma espécie de canga patética cujo peso é, ao que parece, retrocesso e crise.

Os outros conceitos-chave do pensamento único são conhecidos: o mercado, cuja mão invisível **corrige as asperezas e disfunções do capitalismo** e, muito especialmente, os mercados financeiros, **cujos signos orientam e determinam o movimento geral da economia**; a competência e a competitividade que **estimulam e dinamizam as empresas levando-as a uma permanente e benéfica modernização**; o livre intercâmbio sem limites, fator de **desenvolvimento ininterrupto do comércio e, por conseguinte, da sociedade**; a mundialização, tanto da produção manufatureira como dos fluxos financeiros; a divisão internacional do trabalho que **modera as reivindicações sindicais e barateia os custos salariais**; a moeda forte, **fator de estabilização**; a desregulamentação; as privatizações; a liberalização; etc. **Cada vez menos Estado**, uma arbitragem constante a favor dos ingressos de capital em detrimento daqueles do trabalho. E uma indiferença a respeito dos custos ecológicos.

A repetição constante, em todos os meios de comunicação, deste catecismo por parte dos jornalistas de reverência e de praticamente todos os políticos, de direito como

os alegadamente “de esquerda”, confere a esta ideologia uma força de intimidação tão grande que afoga toda a tentativa de reflexão livre e torna muito difícil a resistência contra este novo obscurantismo.

Se pode quase chegar a considerar que os 17,4 milhões de desempregados europeus, o desastre urbano, a precarização geral, os subúrbios a ponto de explodir, o saque ecológico, são simples miragens, alucinações culpáveis e altamente discordantes deste mundo feliz que o pensamento único está edificando para nossas consciências anestesiadas.

O mais freqüente, contudo, é que os mercados funcionem, por assim dizer, às cegas, integrando parâmetros tomados de empréstimo à bruxaria ou à psicologia barata, como: **a economia do boato, a análise de comportamentos gregários e inclusive estudos de comportamentos miméticos**. Sobretudo porque, em virtude de suas novas características, o mercado financeiro colocou à disposição uma enorme gama de novos produtos – derivados, futuros – extremamente complexos e voláteis, que poucos experts conhecem bem e que dão a estes uma vantagem considerável nas transações – não sem riscos, como o desastre financeiro do banco britânico Barings nos mostrou recentemente –. Há apenas uns 10 no mundo que sabe atuar de maneira útil – ou seja, em prol de seu maior benefício – sobre a circulação de valores ou de moedas. São considerados **os senhores dos mercados**: uma palavra de um deles e tudo pode desabar: o dólar cai, a bolsa de Tóquio desaba, etc.

Frente à potência destes mastodontes das finanças, os Estados já não podem fazer grande coisa. A recente crise financeira do México, desencadeada em finais de dezembro de 1994, o mostrou de maneira cabal. Que peso têm as reservas acumuladas em divisas dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá – os sete países mais ricos do mundo – frente ao poder dissuasório financeiro dos fundos de inversão privados, em sua maioria anglo-saxões ou japoneses? Não muito. A título de exemplo, pensemos que, no mais importante esforço financeiro que jamais se consentiu na história econômica a favor de um país – neste caso, o México – os grandes Estados do planeta, entre eles os Estados Unidos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional conseguiram, todos juntos, reunir aproximadamente 50 bilhões de dólares, uma soma considerável. Pois bem, os três fundos de pensão dos Estados Unidos, somente eles – os Três Grandes de hoje em dia – **Fidelity Investments, Vanguard Group e Capital Research and Management** controlam nada menos que 500 bilhões de dólares.

Os gerentes destes fundos concentram em suas mãos um poder financeiro de envergadura inédita, que não existe em nenhum ministro da economia nem banco central de governo algum. Num mercado que se converteu em instantâneo e planetário, toda mudança brutal destes autênticos mamutes das finanças pode originar a desestabilização econômica de qualquer país do mundo.

Armas de controle social

Dirigentes políticos das principais potências planetárias, reunidos com os 850 mais importantes responsáveis econômicos do mundo dentro do marco do Fórum Internacional de Davos (Suíça) em janeiro de 1995, disseram até que ponto desaprovam o novo lema da moda (Todo o poder ao mercado!) e quanto temiam a potência sobre-humana destes gerentes de fundos, cuja fabulosa riqueza se libertou totalmente dos governos e atuam a seu bel-prazer no espaço cibernético da geografia financeira.

Este constitui uma espécie de Nova Fronteira, um Novo Território do qual depende a sorte de grande parte do mundo, sem contrato social, sem sanções, sem leis, exceto aquelas que os protagonistas fixam arbitrariamente para seu maior proveito.

Os mercados votam a cada dia – considera o Sr. George Soros, Financista multimilionário – obrigam os governos a adotar medidas certamente impopulares, mas imprescindíveis. São os mercados que detêm o controle do Estado.

A isto responde o Sr. Raymond Barre, antigo primeiro-ministro francês e grande defensor do liberalismo econômico: “Decididamente, já não se pode deixar o mundo nas mãos de um bando de irresponsáveis de 30 anos que não pensam senão em fazer dinheiro”. Ele julga que o sistema financeiro internacional não tem os meios institucionais apropriados para fazer frente aos desafios da globalização e da abertura geral dos mercados. O mesmo comprova o Sr. Butros Butros Ghali, secretário geral das Nações Unidas:

A realidade do poder mundial escapa com larga margem ao controle dos estados. A globalização implica na emergência de novos poderes que transcendem as estruturas estatais.

Entre estes novos poderes, o dos meios de comunicação de massas aparece como um dos mais potentes e temíveis. A conquista de audiências mássicas em escala planetária desencadeia batalhas homéricas. Grupos industriais estão se engalfinhando numa guerra de morte pelo domínio dos recursos de multimídia e das redes de informação que, segundo o vice-presidente norte americano, Sr. Albert Gore, “representam para os Estados Unidos de hoje o que as infra-estruturas de transporte rodoviário representaram em meados do século XX”.

Pela primeira vez na história do mundo, se dirigem mensagens (informações e canções) permanentemente, por meio de cadeias de televisão conectadas por satélite, ao conjunto do planeta. Existem atualmente duas cadeias planetárias – Cable News Network (CNN) e Music Television (MTV) –, mas amanhã serão dezenas, que influenciarão e transtornarão costumes e culturas, idéias e debates. E perturbarão como parasitas, modificarão ou farão curto-circuito à palavra dos governantes, assim como à sua conduta.

Grupos mais poderosos que os Estados fazem uma razzia no bem mais importante para . todas as democracias: a informação. Imporão sua lei ao mundo inteiro e arbitrarão uma nova era em que a liberdade do cidadão não será mais que pura ilusão? Estamos manipulados, condicionados, vigiados?

Em um Estado de Direito, é pertinente fazer estas perguntas? Infelizmente, sim. Com uma inquietação crescente, os cidadãos comprovam em sua vida cotidiana uma influência dominante, cada vez mais forte, destes novos poderes e suas recentes armas de controle social.

A este respeito, o personagem principal da novela de John Grisham, **A Firma**, Mitch Mc Deere, encarna de maneira exemplar o homem moderno versão fim de século, preso nas armadilhas de engrenagens contraditórias entre suas ambições e seus piores pesadelos. Primeiro formado, educado nas mais exigentes escolas, condicionado para ser o melhor, Mc Deere é contratado por uma firma de prestígio. Esta, deste momento em diante, por meio das técnicas de comunicação mais sofisticadas, não cessa de controlá-lo vigiá-lo: é seguido, fotografado com uso de teleobjetivas, em sua casa há telefones escondidos, escuta telefônica e câmeras de vídeo. Aqui se vêem os sinais destes tempos – inicialmente o adestramento e, a seguir,

a atitude policial – E a liberdade do indivíduo? Que novo tipo de sociedade está se esboçando assim com a cumplicidade das novas tecnologias de comunicação e informação? Onde estão, a partir de então, os novos poderes? Que novas ameaças pairam sobre a democracia?

A crise das grandes máquinas coercitivas – os Aparelhos Ideológicos de Estado, Família, Escola, Igreja, Exército – e o fracasso dos Estados totalitários que praticavam em grande escala o doutrinação de massas, pode ter feito crer que o cidadão recobrava uma autonomia maior, sem atalhos. É uma ilusão. Sob um aparente sossego, tudo indica, ao contrário, um reforço significativo no controle social, este **conjunto de recursos materiais e simbólicos de que dispõe uma sociedade para assegurar-se da conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados**. Com efeito, novos métodos de coação estão se instalando, métodos mais sutis, mais insidiosos e eficazes, enquanto surgem técnicas de último tipo, com base na eletrônica e na informação, para acompanhar à sua maneira o comportamento dos cidadãos, verificar o que se afasta dos padrões estabelecidos e castigar os desvios. Ninguém está a salvo.

No transcurso dos anos 30 e 40, os Estados Totalitários – fascistas e stalinistas – foram acusados de doutrinar as crianças, sugestioná-los e fazer com que se voltassem, se fosse o caso, contra seus próprios pais. O refinamento da propaganda e sua eficácia nos levavam a perguntarmos-nos horrorizados: **Podemos nos converter, pelo efeito imperceptível da persuasão, no contrário do que somos? Há um Mr. Hyde dormitando fatalmente em nós que uma habilidosa propaganda parece ter o poder de despertar?** Perguntas psicologicamente impressionantes e politicamente inquietantes, as que desde os anos 30 George Orwell, Thomas Mann, Theodor Adorno, Walter Benjamin, entre outros, tentam responder.... Eles viam no desenvolvimento dos grandes meios eletrônicos de comunicação de massas – microfones de alta definição, discos, rádios, cinema, etc. – técnicas temíveis para dominar e impor um **pensamento administrado**.

Desde o berço e durante o estado de sono – considerava Aldous Huxley em Admirável Mundo Novo (1932) – é como as crianças de peito podem ser condicionadas (melhor que o método pavloviano de castigo e recompensa), por meio de um discurso sonoro que lhes repete indefinidamente qual é sua casta social e seu estatuto no seio da comunidade. Apesar de seu idêntico capital genético, estas crianças, depois de interiorizar sua condição social, se comportavam de maneira diferenciada e aceitavam

docilmente suas funções respectivas no seio da sociedade. O adquirido se sobrepõe ao inato, dizia o escritor britânico, que se punha em guarda contra as tentativas de domesticação humana.

A advertência de Huxley não foi ouvida e as intervenções que se efetuam hoje para condicionar o pequeno ser humano vão inclusive além do nascimento. Os progressos atuais da biogenética permitem, com efeito, estar informado, desde a concepção, acerca do estado geral do feto, seu sexo e suas possíveis deformidades ou enfermidades. A existência destas, reveladas pela ecografia, podem conduzir à interrupção da gestação; a manipulação de certos genes já permite evitar graves enfermidades incapacitantes. Até onde se pode chegar por este caminho? Os critérios mercantis da ideologia das ganâncias são pertinentes neste âmbito? Todos sentimos que não, que isto seria abrir um caminho à eugenia, a eleger o bebê por catálogo em função da moda e dos argumentos do mercado. Não vimos recentemente uma mulher negra, nos Estados Unidos, se fazer inseminar por um óvulo fecundado a fim de poder trazer à luz uma criança branca? Os delírios mais extravagantes em matéria de genética se tornam possíveis em matéria de genética.

Engenharia da persuasão

Mas o homem programado assim permanece depois de seu nascimento. Ao lado de sua família, cuja ascendência diminuiu, há outras estruturas de normatização que desde cedo se encarregam dele.

Em primeiro lugar a televisão, convertida na principal babá e na distração primordial das crianças. Que levam eles do ciclope catódico? Em primeiro lugar a violência. Sucessos recentes e trágicos voltaram a lançar, há alguns meses, o debate acerca da responsabilidade da televisão e dos meios de comunicação no comportamento criminoso de crianças, por vezes na mais tenra idade.

Assim, em Liverpool, em fevereiro de 1993, dois meninos de 10 e 11 anos seqüestraram, torturaram e mataram a um menininho de 2 anos segundo um ritual parecido ao poste em cena num filme de terror (***Child's Play 3***), que costumavam assistir. Em Vitry-Sur-Seine (França), em outubro de 1993, 3 estudantes de 9 e 10 anos participaram do linchamento mortal de um vagabundo. Em Newcastle (Inglaterra), em 1993, 2 meninos de 9 e 10 anos foram considerados culpados pelas torturas a um outro menino de 6 anos. Na mesma época, em Sarrbrück (Alemanha), 3 alunos de

escola primária tentaram enforcar um de seus colegas de classe. Em princípios de 1994, em Marselha, vários adolescentes foram culpados por estupro, torturas e atos de barbárie a uma menina de 9 anos; a quem os interrogou declararam não estarem cientes de estar fazendo nada de mal... Finalmente, na Noruega, em outubro de 1994, uma menina de 5 anos morreu depois que 3 meninos de 5 e 6 anos a golpearam, novamente, segundo um ritual que imitava a uma série de televisão para crianças (**Power Rangers**). Este último assunto principalmente, provocou, em toda a Europa, uma viva emoção e reativou o debate sobre o impacto de certas transmissões sobre as crianças menores.

Como conseqüência destes casos dramáticos, muitos países tomaram decisões para limitar as cenas de violência na televisão. Duas cadeias suecas, por exemplo, decidiram não seguir difundindo as séries **Power Rangers** e **The Edge**, suspeitas de haver exercido uma influência nefasta sobre as crianças homicidas norueguesas.

Sob pressão da opinião pública, a televisão canadense, por sua parte, buscou se precaver com um código de ética voltado a suprimir da telinha as cenas de violência **gratuita**, a partir de janeiro de 1995.

No Reino Unido, o governo decidiu restringir o acesso das crianças a vídeos violentos. Nos Estados Unidos, as principais cadeias – ABC, CBS, NBC e Fox – decidiram suprimir boa parte das transmissões violentas de sua programação. Isto, sobretudo, para evitar que o governo regulamente com maior severidade a representação da violência na telinha, já que 4 em cada 5 norte-americanos estão convencidos de que a violência na televisão contribui para aumentar a violência na vida real e depois que a Associação Americana de Psicologia tornou público um informe revelando que durante os cinco anos de duração da escola primária, uma criança vê, pela televisão, uns 8.000 assassinatos e mais de 100.000 atos de violência.

Na França, por último, o informe da disputada Christine Boutin, elaborado em outubro de 2004, no marco da Comissão de Assuntos Culturais, Familiares e Sociais da Assembléia Nacional, intitulado **Crianças e televisão**, faz 20 propostas para proteger os jovens telespectadores da influência excessiva dos programas televisionados.

As enquetes mostram que uma criança francesa na idade entre 8 e 14 anos, assiste televisão durante uma média de 3 horas diárias. E que o número de atos violentos que se difundem é, em geral, percebido como irracional e difícil de suportar. O semanário parisiense **Le Point**, em uma enquete efetuada em outubro de 1988, havia feito um levantamento de todas as cenas de violência que os telespectadores podem

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

